

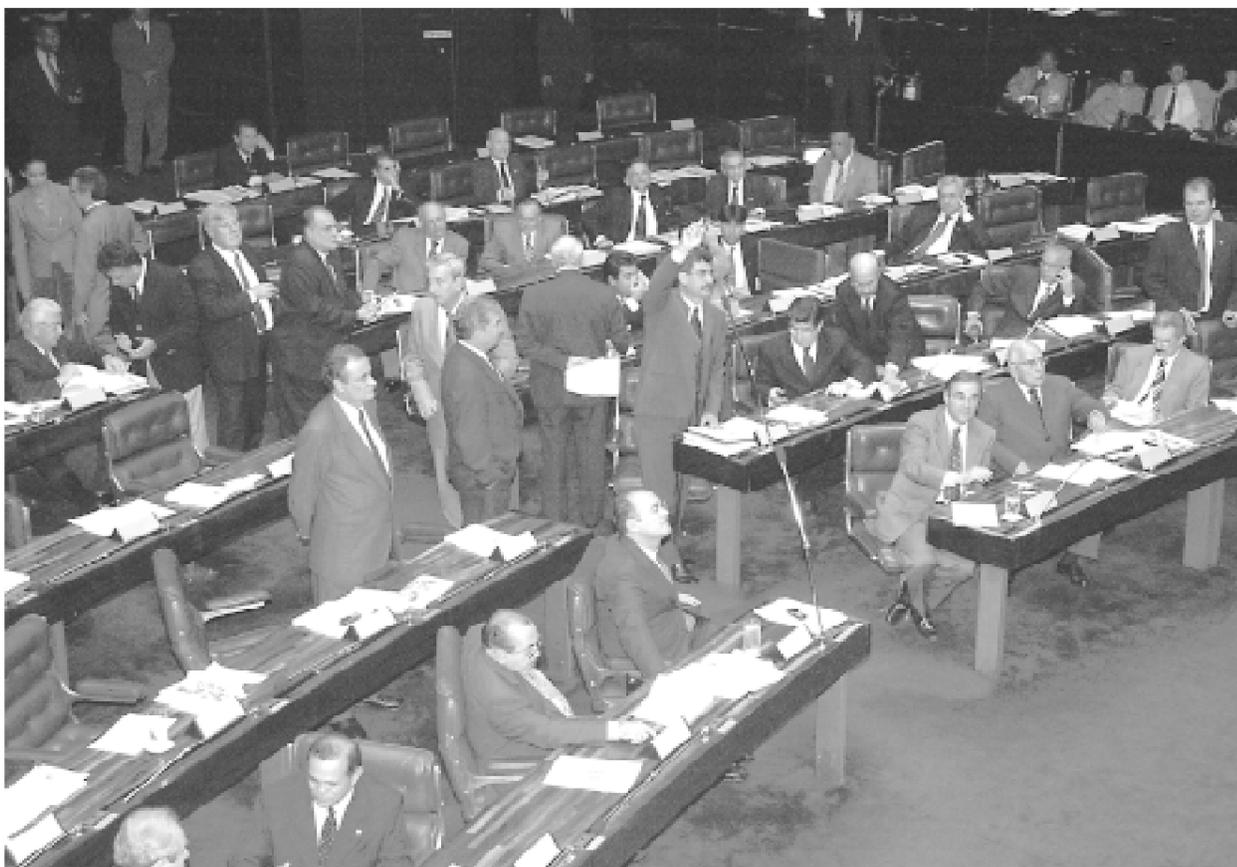
# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.510 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 4 DE JUNHO DE 2002

## Liderança do governo tenta derrubar noventena da CPMF

Presidente do Senado, Ramez Tebet, afirma que somente hoje decidirá sobre o envio, ou não, do texto à Câmara, caso sejam introduzidas modificações. “Estou avaliando com a maior isenção para que o país não tenha prejuízo”, acrescenta



Plenário, presidido por Tebet (foto menor), realiza hoje a última sessão de debate em primeiro turno da proposta que prorroga a CPMF

A liderança do governo no Senado tenta hoje derrubar o prazo de 90 dias para o início da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O vice-líder Romero Jucá anunciou a decisão de apresentar destaque para votação em separado do trecho da proposta de emenda constitucional (PEC) que determina o cumprimento da chamada “noventena”. Ontem o Senado realizou mais duas sessões de discussão da PEC, que estará pronta para ser votada hoje em primeiro turno.

PÁGINA 3



### EUA violam acordo agrícola, afirma Iris

Senador condena subsídio de US\$ 190 bilhões e apela ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que inicie processo na Organização Mundial do Comércio contra protecionismo agrícola.

PÁGINA 7

### Artur da Távola aponta avanços na área social

Além do sucesso na economia, a administração Fernando Henrique registra avanços na área social, segundo o líder do governo. Távola cita dados como a redução do número de pobres em 21%.

PÁGINA 4

### Secretário do Tesouro depõe hoje em comissão

Resultados da gestão orçamentária da União no primeiro quadrimestre deste ano devem ser apresentados à Comissão de Orçamento.

PÁGINA 5

## Saturnino: Senado se empenha no debate de questões internacionais

O fato de o Senado dedicar “atenção mais permanente e profunda” às questões internacionais foi destacado em discurso no Plenário. Saturnino elogiou debates sobre Mercosul, Alca e licitação para compra de aviões pela Força Aérea Brasileira

PÁGINA 6

### CCJ examina projeto sobre taxa de consumo

De autoria do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para ser examinado em caráter terminativo, projeto que veda a cobrança da taxa de consumo mínima em casas noturnas.

A maior parte desses estabelecimentos, segundo o senador, adota essa "cobrança abusiva". Para ele, nenhuma casa noturna deve condicionar a entrada de uma pessoa em função do quanto ela vai gastar.

— Cumpre-nos assegurar, por lei, ao cliente que ele poderá entrar e consumir o quanto quiser. Trata-se de garantir a liberdade de escolha do cliente, pois a cobrança da referida taxa lhe impõe um consumo mínimo — advertiu Carlos Bezerra.

Na justificativa que acompanha a proposta, ele observa que o texto está de acordo com o artigo 4º do Código de Defesa do Consumidor. O senador defende a necessidade de banir esse costume do território brasileiro.

### Sartori propõe noções de cidadania como disciplina

O senador Chico Sartori (PSDB-RO) apresentou projeto de lei que cria a disciplina Noções de Cidadania, a ser ministrada nos ensinos fundamental e médio. A proposta tramita em caráter terminativo e, caso seja aprovada pela comissão, seguirá para a Câmara dos Deputados.

O senador disse, em sua justificativa, que a escola deve ensinar aos jovens a compreender a cidadania como participação social e política. Chico Sartori explicou que será incluída na disciplina a pesquisa à Constituição federal, à Declaração Universal dos Direitos Humanos, ao Código de Defesa do Consumidor e ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

— Certamente a consulta dos textos legais permitirá aos jovens melhor compreensão dos fatos atuais e conhecimento dos seus direitos e deveres de cidadãos, que, até o momento, são desconhecidos por significativa parcela da população — frisou.

# Exército poderá ter canal próprio de televisão a cabo

Projeto de Luiz Otávio será analisado hoje pela Comissão de Educação, que também discute mudança na lei de utilização de canal universitário

O Exército brasileiro poderá contar com um canal próprio de TV a cabo. É o que prevê projeto de lei do senador Luiz Otávio (PPB-PA) a ser analisado hoje, em caráter terminativo, pela Comissão de Educação (CE), a partir das 11h30. Caso a proposta seja aprovada pela comissão, seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados, a não ser que seja apresentado recurso para sua votação no Plenário do Senado.

O projeto de lei, que tem parecer favorável da relatora, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), modifica a lei de 1995 que regulamentou a televisão a cabo no Brasil. Essa lei determina que as empresas que exploram o serviço devem reservar canais para instituições como o Senado e a Câmara, além de um canal comunitário e outro universitário.

Está ainda na pauta o projeto de lei da Câmara que altera a lei da televisão a cabo para permitir a utilização do canal universitário



Proposta de Luiz Otávio modifica lei que regulamenta TV a cabo

também por faculdades e centros universitários. O texto conta com parecer favorável, na forma de substitutivo, do relator, senador Mauro Miranda (PMDB-GO).

A CE vai examinar também projeto de lei da Câmara que atribui aos estados e municípios a responsabilidade pelo fornecimento de transporte escolar para os alunos que residem na zona rural. O senador Moreira Mendes (PFL-

RO), relator da matéria, elaborou substitutivo que incorpora emendas apresentadas pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Marina Silva (PT-AC).

A ausência de transporte escolar, segundo Marina, tem sido uma das causas do afastamento de crianças e adolescentes das escolas do meio rural. De acordo com uma das modificações sugeridas pela senadora, caberá aos estados, quando necessário, assumir os encargos relativos ao transporte dos estudantes.

Serão também analisados, embora com pareceres pela prejudicialidade, dois projetos de lei — de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR) e do ex-senador José Roberto Arruda — que procuram modificar a Lei Pelé, que institui normas gerais sobre o esporte no país. Na pauta constam ainda 37 projetos de decreto legislativo que prevêem autorização para o funcionamento de emissoras de radiodifusão e um para emissora de televisão.

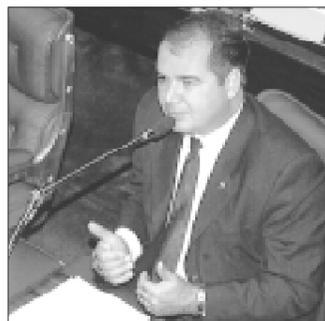
## CPI analisa extorsão no Ministério da Saúde

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a atuação das organizações não-governamentais (ONGs) dá prosseguimento hoje aos trabalhos, quando ouve o depoimento de Alexandre Paes dos Santos, diretor da APS — Consultoria Política. Ele vai tentar esclarecer denúncia publicada pela imprensa em setembro de 2001, segundo a qual teria havido tentativa de extorsão de funcionários do Ministério da Saúde contra o laboratório Novartis. A reunião está marcada para as 17h.

O requerimento de convocação é de autoria do senador Tião Viana

(PT-AC). Para ele, o depoimento de Alexandre dos Santos é importante porque o nome dele aparece, na imprensa, como um dos envolvidos na compra, por parte do Ministério da Saúde, do medicamento Glivec, usado no combate à leucemia mielóide crônica e fabricado pelo laboratório Novartis.

Em abril, a CPI das ONGs ouviu o presidente do laboratório Novartis, Andreas Strakus. Ele negou que sua empresa tenha influenciado a decisão da ONG Núcleo de Apoio ao Paciente com Câncer (Napacan) de acionar o Ministério da Saúde para aquisição do Glivec. Também



Depoimento a ser prestado hoje na CPI foi requerido por Tião Viana

a presidente da ONG, Graça Marques, negou o envolvimento da Napacan com o Novartis.



### AGENDA

TERÇA-FEIRA, 4 DE JUNHO DE 2002

Presidente  
Ramez Tebet

10h — Recebe o senador Osmar Dias, acompanhado de Márcio Lopes, presidente da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB)

11h — Recebe Antônio Luiz Silva de Menezes, diretor da Petrobras/RJ

15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Hora do expediente: dedicada a homenagear os 60 anos de criação da Companhia Vale do Rio Doce.

Pauta: votação nominal das PECs nº 4/02, dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 17 da Constituição federal (dispõe sobre a organização e funcionamento dos partidos políticos); e nº 19/02, acrescenta o artigo 84 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incorporando os policiais militares do extinto território federal de Rondônia aos quadros da União; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 18/02, altera os artigos 100 e 156 da Constituição federal e o artigo 81 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta os artigos 84, 85, 86, 87 e 88 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CPMF); quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 3/02 (tramitando em conjunto com a PEC nº 6/02), acrescenta o artigo 149-A à Constituição federal (institui contribuição para custeio do serviço de iluminação pública no Distrito Federal e municípios); terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 55/01, altera a redação do artigo 29-A da Constituição federal (estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo municipal); PLS nº 115/02, dispõe sobre o Sistema Nacional Antidrogas; sobre a prevenção, a repressão e o tratamento; define crimes, regula o procedimento nos crimes que define; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem.

### COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h30 — Comissão de Educação. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

14h30 — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

14h30 — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

17h — CPI das ONGs. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Governo tenta derrubar noventena da CPMF

Senador Romero Jucá, vice-líder governista, apresenta destaque para votação em separado do trecho da PEC que determina prazo de 90 dias para cobrança do tributo. Ele considera que promulgação da proposta não enfrenta obstáculo regimental

A liderança do governo no Senado vai tentar derrubar o prazo de 90 dias para o início da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que apresentará hoje em Plenário, durante a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a contribuição, destaque para votação em separado (DVS) do trecho da PEC que determina o cumprimento da chamada noventena. O vice-líder do governo afirmou que não vê obstáculos regimentais para a promulgação da proposta, ainda que seja aprovada a supressão da noventena.

— A CPMF quando foi criada já cumpriu uma noventena. Se aprovado o destaque (com a supressão da noventena), poderemos promulgar o texto e enviar a modificação para análise da Câmara — disse Jucá, salientando que o expediente foi utilizado quando da tramitação das emendas das reformas administrativa e da previdência.

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse que somente hoje decidirá sobre o envio do texto à Câmara.

— Estou avaliando com a maior isenção para que o país não tenha prejuízo — afirmou.

Antes da votação da matéria em segundo turno, prevista para o próximo dia 12 conforme calendário acertado pelas lideranças



José Cruz

Para Romero Jucá, a CPMF já cumpriu noventena, quando foi criada

partidárias, os parlamentares continuarão debatendo o parecer à PEC da CPMF elaborado por Bernardo Cabral (PFL-AM).

## PARTIDOS

Dois outras emendas devem ser votadas na sessão de hoje. Uma delas, com votação já em segundo turno, é de autoria do senador Bernardo Cabral e estabelece a liberdade para o funcionamento e a organização dos partidos políticos. Se aprovada, a PEC, que pretende anular os efeitos de resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) segundo a qual as coligações realizadas para a Presidência da República deverão ser reproduzidas nos estados, ainda deverá ser votada pela Câmara dos Deputados. A outra PEC, de iniciativa do Executivo, com votação em primeiro turno, incorpora os policiais militares do extinto território de Rondônia aos quadros da União.

Após as votações das emendas,

que serão feitas nominalmente, os senadores irão debater mais seis proposições legislativas, sendo três propostas de emenda à Constituição — duas que tratam da contribuição para custeio do serviço de iluminação pública no Distrito Federal e nos municípios e outra que define limites de despesas com o Poder Legislativo Municipal —, dois projetos de decreto legislativo que aprovam o funcionamento de emissoras de rádio e TV e um projeto da Comissão Mista de Segurança Pública que trata da repressão ao tráfico de drogas.

## HOMENAGEM

O início da sessão de hoje será dedicado a uma homenagem aos 60 anos de criação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Doze senadores, entre os quais o autor do requerimento de homenagem, Luiz Otávio (PPB-PA), estão inscritos para discursar.

dores Álvaro Dias (PDT-PR) e Casildo Maldaner (PMDB-SC). O Plenário realizou ainda a segunda sessão de discussão da PEC do senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) que estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo municipal.

## SEGURANÇA PÚBLICA

Quatro projetos da Comissão Mista de Segurança Pública tiveram suas votações adiadas para a sessão de hoje, entre os quais o que altera o Código de Processo Penal quanto às provas processuais, determinando mais garantias às vítimas e às testemunhas.

A proposta que redefine crimes contra a pessoa, patrimônio e costumes, aumentando a pena mínima, no caso de homicídio sim-

ples, de seis para oito anos de prisão, também deve ser votada hoje. Pela proposta, os crimes praticados por estrangeiros em situação irregular no país, contra agente da segurança pública, membro do Ministério Público, juiz, criança, adolescente, idoso ou portador de deficiência deve ser classificado como qualificado.

Os senadores podem decidir ainda sobre o projeto que institui mecanismos capazes de detecção de lavagem de dinheiro. Depois de serem votadas em primeiro turno, as propostas voltam à pauta do Plenário transcorridas duas sessões para votação em segundo turno. Caso aprovadas, somente então elas estarão prontas para ser submetidas à análise da Câmara dos Deputados.

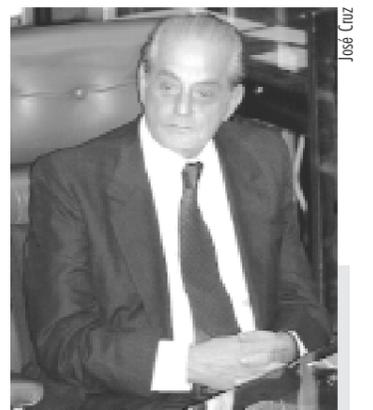
## Tebet analisa melhor forma de conduzir votação em Plenário

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse ontem que, com o objetivo de “evitar prejuízos para o país”, está examinando a melhor forma de conduzir a votação da proposta de emenda à Constituição que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Tebet esclareceu que ainda não formou opinião a respeito das possibilidades regimentais de supressão da noventena — período de 90 dias, contado a partir da promulgação da emenda, para a prorrogação entrar em vigor.

— Estou analisando com calma e isenção. Se tiver dúvida, consulto o Plenário. Se a decisão for minha, não fujo da responsabilidade e decido de acordo com o que for mais correto — garantiu.

O senador informou que pretende ouvir juristas e não quis comentar as alternativas de votação divulgadas pela imprensa até agora.

— Minha convicção não se encontra inteiramente formada —



José Cruz

Ramez Tebet pretende ouvir juristas e decidir de forma a “evitar prejuízos para o país”

afirmou.

Tebet falou também sobre a convenção do PMDB, defendendo a necessidade de união do partido e de obtenção de um resultado final por grande maioria — “mais de 60% dos votos” — na reunião marcada para o próximo dia 15. Na avaliação do senador, baseada em levantamento realizado estado por estado, o risco de a aliança com o PSDB ser desfeita “é quase zero”.

## Projeto atribui ao locador de imóvel o pagamento do IPTU

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) apresentou projeto de lei que atribui aos proprietários de imóveis o dever de recolher as parcelas do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), mesmo quando os imóveis estiverem alugados. A proposta tramita em caráter termina-



Célio Azevedo

Carlos Bezerra quer evitar que o locatário seja excessivamente onerado

tivo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, caso seja aprovada, seguirá para a Câmara dos Deputados.

De acordo com o senador, é dever do locador recolher os impostos e taxas incidentes sobre o seu patrimônio imobiliário, mas nem sempre os contratos de locação observam essa exigência legal.

— O locatário é mero usuário do imóvel e, por essa condição, não

competem a ele arcar com as despesas típicas da propriedade — salientou Bezerra.

O senador afirmou que já é possível deixar os tributos do imóvel a cargo do locador. Para que isso aconteça, disse ele, o locador deverá dizer no contrato

de locação que desonera o locatário dos eventuais impostos.

No entanto, Carlos Bezerra disse que nem sempre o acordo de deixar os tributos para o locador é possível, ficando o locatário, na maioria das vezes, responsável por recolher os impostos.

— Essa situação reforça a necessidade de alterar a legislação vigente, evitando que o locatário seja excessivamente onerado — frisou.

## Fogaça aponta critérios para escolha do futuro presidente

O senador José Fogaça (PPS-RS) citou ontem cinco critérios objetivos, que discutiu com estudantes gaúchos, para escolha consciente entre os candidatos à Presidência da República: governabilidade, austeridade fiscal, maleabilidade ideológica, competência administrativa e comprometimento com reformas do Estado.

Fogaça afirmou que a combinação desses critérios pode ajudar o eleitor a fazer sua escolha de maneira mais racional. Ele fez questão de explicar que não estava fazendo “qualquer juízo de valor” sobre os postulantes ao cargo. “Cabe, a cada eleitor, julgar se os candidatos preenchem ou não esses requisitos”, disse.

Para o senador, é importante que o futuro presidente faça alianças políticas necessárias para assegurar sólido apoio, sem o qual não se pode governar. Basta recordar, afirmou, “o destino dos dois únicos presidentes que, em tempos modernos no Brasil, não conseguiram obter maioria parlamentar: Jânio Quadros e Fernando Collor”.

Em relação à austeridade fiscal, Fogaça disse estar “fadado a gerar crises econômicas e financeiras no país” o governo que não tiver capacidade de administrar com controle de gastos. “Precisamos distinguir as promessas viáveis dos candidatos daquelas que estão cheias de ilusões”, advertiu.

O senador considerou o “ideologismo” como “camisa-de-for-



Para Fogaça, o novo presidente da República deve estar comprometido com a continuidade

ça” que impedirá um candidato de exercer a liberdade de definir seu governo. “Um presidente precisa estar sempre apto a ser livre em suas escolhas e decisões”, aconselhou.

### COERÊNCIA

Segundo Fogaça, os candidatos precisam manifestar coerência e competência, não podendo ter a arrogância de pretender dominar variáveis da economia que estão fora do controle do governo. “Juros mais baixos levam à inflação mais alta, portanto não há coerência em prometer juros mais baixos e inflação menor também.”

No capítulo das reformas estruturais do Estado, Fogaça ressaltou que ele escolheria o candidato comprometido com a continuidade e aprofundamento das reformas, em especial a tributária. “Depois dos altos custos das reformas para governo e sociedade, não faria qualquer sentido se proceder à estagnação estrutural do país”, concluiu.

## Jucá elogia as ações sociais promovidas pelo Bradesco

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) parabenizou as Organizações Bradesco pelas ações de promoção social implementadas no país. Segundo ressaltou, promover o bem social não é obrigação somente do governo, mas dever moral de todos. “Ainda mais numa sociedade tão desigual e injusta como a do Brasil”, completou.

De acordo com Jucá, o Bradesco é uma das empresas de grande porte que mais desempenham o papel multiplicador de consciência social no país. Entre as políticas sociais implementadas pela instituição, Jucá citou as escolas e cursos da Fundação Bradesco, que atenderam a mais de 100 mil alunos em 2001, além de incenti-

vos culturais.

— O Bradesco formou a maior rede de ensino gratuito mantida por uma empresa privada no país. Seus alunos recebem apoio integral no âmbito escolar com alimentação, uniformes e material didático completo e ainda têm acesso à assistência médica e odontológica — frisou.

O senador salientou que as Organizações Bradesco também têm “a consciência de conchamar as empresas” que lhe fornecem produtos e serviços a serem socialmente responsáveis. Exemplo disso, observou, é o impedimento de contratar fornecedores que empregam crianças em função diversa da de aprendiz.

# Távola ressaltava avanços do governo na área social

Segundo o senador, administração de Fernando Henrique garantiu não apenas vitórias econômicas, mas também a redução da pobreza

O líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ), sustentou da tribuna do Plenário que o governo Fernando Henrique Cardoso teve sucesso na economia e garantiu avanços na área social. Ele citou números sobre redução da pobreza no país e programas de saúde e educação para confirmar a observação. Sua intenção, disse, era contestar afirmação dos partidos oposicionistas de que o governo só se preocupou com a economia nos últimos anos.

Após mencionar números sobre o combate à inflação e a estabilização econômica, Távola reconheceu que ainda existem dificuldades na economia, como o aumento da dívida pública mobiliária. Para ele, Fernando Henrique teve a “coragem moral” de atacar problemas antigos como o das dívidas, que impediriam a queda da inflação e o desenvolvimento sustentado. A dívida aumentou, disse, porque a União assumiu débitos dos estados. Além disso, “tirou do armário vários esqueletos”, com a dívida do Sistema Financeiro da Habitação.

— A estabilização teve um custo alto e seria frustrante que esse esforço novamente se perdesse. Critica-se o Proer, mas a Argentina está aí para mostrar o quanto foi importante evitar a falência do sistema financeiro — afirmou.

Os avanços sociais, conforme Artur da Távola, são confirmados por estatísticas, como as do

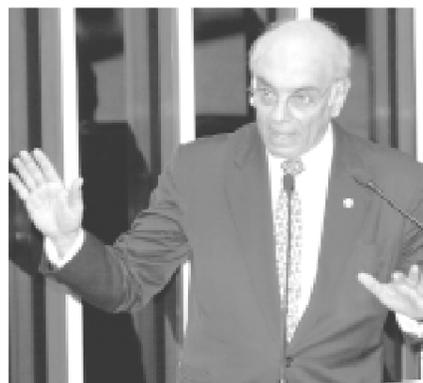
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A redução do número de pobres em 21%, comparando-se os períodos 1990/94 com 1995/2000, deveu-se à política de estabilização somada a gastos sociais. O percentual de indigentes, citou, que representavam 20% da população brasileira na primeira metade dos anos 90, caiu para 14% no período 1995/2000 — cerca de 23 milhões de pessoas.

— Os números ainda são assustadores, mas estão sendo reduzidos, e de forma consistente, sustentável. Em poucos anos, como resultado de investimentos em educação e saúde, caso essa política não seja interrompida, teremos números mais confortáveis.

Conforme o líder do governo, os gastos sociais do governo Fernando Henrique pularam de R\$ 93 bilhões em 1993 para R\$ 138 bilhões em 1999, um crescimento de 48%. Os gastos incluem educação, saúde, previdência, assistência social e reforma agrária. “No período, o gasto social *per capita* passou de R\$ 615 para R\$ 824”, informou.

### ENSINO FUNDAMENTAL

Na educação, Artur da Távola destacou que o Brasil praticamente chegou à universalização do acesso ao ensino fundamental. No ano passado, a taxa de escolarização chegou a 97% entre as



Távola considera que investimentos em educação vão melhorar a distribuição de renda

crianças de sete a 14 anos. Em 1995 estava em 89,1%. O senador também citou vários programas de saúde, dando ênfase ao Saúde da Família, que engloba 154 mil agentes comunitários de saúde em 4.719 municípios e atende a 91 milhões de pessoas.

Ele admitiu, contudo, que a melhora na distribuição de renda no Brasil foi pouco significativa nesses períodos. Não se consegue avanços nesses índices “no curto prazo”, observou. Távola reafirmou que os investimentos em educação levarão a uma melhoria na distribuição de renda.

— A atuação do governo federal na área social é relevante, prioritária e competente. Quem afirma o contrário fala por falar. A verdade é que o Brasil é hoje um país com perspectivas concretas de avançar ainda mais econômica e socialmente. As bases para isso estão lançadas — finalizou.

## Mozarildo alerta para crise federativa

Citando o professor Eduardo Giannetti da Fonseca, da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (USP), o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) alertou para a gravidade da crise federativa em que vive o Brasil, causa, segundo disse, de diversos males, como a falta de coerência das políticas públicas.

— Não se trata de discussão acadêmica, teórica ou especulativa. A crise do federalismo revela uma relação incoerente entre os entes da Federação e causa desperdício de recursos públicos, irresponsabilidade social e perda de

muitas vidas humanas, afirmou.

Como exemplo, Mozarildo lembrou que, enquanto a população é infectada pela dengue em todo o país, e muitas mortes ocorrem, perde-se tempo “na discussão trágica” sobre a responsabilidade do combate ao mosquito causador da doença. Ele ressaltou que “a verdadeira questão não é saber se o mosquito é federal, estadual ou municipal”, mas identificar o responsável pela morte de inúmeras vítimas de uma doença que poderia ser evitada.

— Certamente, na origem desse e de outros inúmeros problemas

está o federalismo truncado, em que a União continua forte, tal como durante o regime autoritário, com poder de arrecadar quase ilimitado, de se endividar, de emitir moeda, de fixar taxas de juros e taxas de câmbio e administrar o orçamento conforme seus interesses — assinalou.

Mozarildo explicou que, no governo Fernando Henrique, a carga tributária passou de 27% para 34% do Produto Interno Bruto (PIB), levando mais de um terço da renda nacional para o setor público e desestimulando as atividades produtivas.

# Secretário do Tesouro fala sobre gestão orçamentária

Eduardo Refinetti Guardia explicará hoje à Comissão de Orçamento as receitas e gastos do governo federal no primeiro quadrimestre do ano

A Comissão Mista de Orçamento deve receber hoje, a partir das 15h, o secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Refinetti Guardia. Ele apresentará aos parlamentares, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, os resultados da gestão orçamentária do governo federal referente ao primeiro quadrimestre (janeiro-abril) deste ano. No período foi apurada receita de R\$ 109,92 bilhões, equivalentes a 32,5% da receita corrente total prevista para o ano (de R\$ 337,94 bilhões).

De um total de R\$ 331,67 bilhões em despesas correntes previstas, R\$ 206,03 bilhões já se encontram empenhados. As despesas liquidadas no período janeiro-abril somam R\$ 98,097 bilhões, equivalentes a 29,58% da despesa projetada para todo o ano.

Se incluídas as despesas de capital (juros e amortização da dívida pública), o total das despesas previstas para 2002 chega a R\$ 650,44 bilhões. Desse valor, foram liquidadas R\$ 215,17 bilhões (33,08%) no quadrimestre.

As receitas de capital previstas para 2002 são de R\$ 312,5 bilhões (operações de crédito, alienação



de bens móveis e imóveis, transferências de capital etc.). Somadas às receitas correntes, de R\$ 337,94 bilhões, o total previsto das receitas é de R\$ 650,45 bilhões. Como se trata de um sistema contábil, as despesas correntes e de capital igualam este valor, incluindo-se aí a destinação dos superávits primários para quitar juros da dívida pública.

No primeiro quadrimestre deste ano, quitaram-se, ao todo, despesas totais de R\$ 215,17 bilhões. Foram R\$ 98,1 bilhões de despesas correntes, R\$ 79,4 bilhões de despesas de capital (incluindo amortização da dívida

e R\$ 37,66 bilhões no pagamento dos juros da dívida (este último item corresponde ao superávit primário).

## PREVIDÊNCIA

As despesas previdenciárias no período janeiro-abril de 2002 somaram R\$ 24,2 bilhões, contra receitas de R\$ 20,5 bilhões, gerando déficit de R\$ 3,7 bilhões. A estimativa de receita previdenciária para o ano é de R\$ 69,6 bilhões, contra uma despesa total de R\$ 72,6 bilhões. Haverá, portanto, um déficit aproximado de R\$ 3 bilhões no regime geral da previdência. Esses dados excluem as contas do regime próprio previdenciário dos servidores públicos, que no primeiro quadrimestre gerou déficit de R\$ 8,57 bilhões (despesas de R\$ 10,3 bilhões contra receitas de R\$ 1,75 bilhão).

O secretário do Tesouro Nacional deverá falar ainda sobre o esforço que vem sendo realizado pela União, estados, Distrito Federal e municípios para padronizar conceitos, definições, regras e procedimentos contábeis a serem observados na elaboração e divulgação de balanços e manuais orçamentários do setor público.

## Nabor afirma que é favorável a empréstimo para o Acre

Na discussão de quatro projetos de resolução que autorizam São Paulo e Acre a realizar operações de crédito externo com garantia da União, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) anunciou seu voto favorável à operação que beneficiará seu estado. Ele disse que nunca foi contra o desenvolvimento do Acre, tendo apenas recomendado uma melhor discussão da matéria com a sociedade local.

Trata-se de crédito de US\$ 64,8 milhões, a ser contratado junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), para o financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre. Ao manifestar-se, há dois meses, contra a iniciativa, Nabor disse que sua preocupação era garantir que a operação fosse bem discutida com os acreanos.

De acordo com o senador, o

projeto não foi sequer levado ao conhecimento dos parlamentares do Acre na Câmara e Senado. Ele também afirmou que, apesar de ter prometido apoiar o projeto com a condição de que fossem atendidos os requisitos impostos pelo Banco Central, Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro e Resolução 78/98 do Senado – que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados brasileiros –, foi alvo de campanha conduzida por seus adversários. Pelos jornais e por meio de panfletos, disse, afirmaram que ele era contrário à operação de crédito externo e, conseqüentemente, ao desenvolvimento do Acre.

– Estou aqui para emprestar meu apoio não só em meu nome, mas em nome da liderança do PMDB, à aprovação do projeto, desmentindo de maneira cabal a



Roosevelt Pinheiro

Nabor Júnior: "Vou votar a favor do projeto"

campanha sórdida feita contra mim, certamente com objetivos eleitoreiros. Quero deixar aqui patenteado que vou votar favoravelmente ao projeto, porque entendo que é de real interesse para o Acre e sua população.

O Senado também discutiu ontem pedidos de autorização para o estado de São Paulo contratar operações de crédito externo. A primeira operação, de US\$ 34 milhões, a ser contratada junto ao BID, destina-se ao Programa de Ação nos Cortiços. A segunda, de US\$ 120 milhões, à recuperação de rodovias. E a terceira, de US\$ 209 milhões, ao financiamento parcial do Sistema de Trens Urbanos.

Os três pedidos devem ser votados na sessão de hoje.

## Comissão examina pedido de crédito externo para a União

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa hoje duas mensagens do presidente da República solicitando autorização para a União contratar operações de crédito externo no valor de US\$ 535 milhões.

A primeira operação, no valor de US\$ 500 milhões, deverá ser contratada junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos ajudariam o Brasil a manter em dia as contas externas. Relata a matéria o senador Romero Jucá (PSDB-RR), que apresentou parecer favorável ao pedido.

A segunda operação, de US\$ 35 milhões, destina-se ao financiamento de obras rodoviárias em Rondônia e deverá ser contratada junto à Corporação Andina de Fomento (CAF). A mensagem teve parecer favorável do relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Na reunião anterior da CAE, o senador Amir Lando (PMDB-RO) pediu vista da matéria, segundo explicou, para analisar detalhadamente as condições de pagamento previstas na operação e a situação geral de endividamento do estado beneficiário.

A CAE deverá examinar também os termos do acordo de reesca-



José Cruz

Amir Lando: pedido de vista para analisar a situação geral de endividamento de Rondônia

lonamento da dívida de Moçambique com o Brasil, no valor de US\$ 150,8 milhões. A renegociação será baseada em ata de entendimento firmada pelo governo no Clube de Paris, em que países credores, entre eles o Brasil, decidiram conceder a Moçambique perdão de 80% do valor total dos seus débitos.

## MOÇAMBIQUE

O relator da matéria, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), apresentou parecer favorável ao perdão parcial da dívida de Moçambique, por se tratar, segundo afirmou, de um dos países mais pobres da África, com renda *per capita* de apenas US\$ 220.

## Denúncia contra McDonald's será discutida em audiência

A Comissão de Assuntos Econômicos realiza hoje, a partir das 17h, audiência pública para esclarecer denúncias encaminhadas a senadores por franqueados da empresa McDonald's no Brasil. As denúncias referem-se a regras e exigências contratuais adotadas pela multinacional, que poderiam ser caracterizadas como abuso econômico.

No Senado, a denúncia foi apresentada inicialmente pelo senador Lindberg Cury (PFL-DF), mas logo despertou o interesse de vários outros senadores, como Roberto Requião (PMDB-PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP), que solicitaram a audiência pública. Eles também cobraram a apuração das denúncias e a abertura de processo formal na Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça e no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Deverão participar da audiência pública o presidente do



Roosevelt Pinheiro

Lindberg Cury foi o primeiro senador a apresentar denúncia formulada por franqueados

McDonald's no Brasil, Marcel Fleisschmann; o presidente da Associação Brasileira dos Franqueados do McDonald's, Antonio Acioly; o presidente da Associação dos Franqueados Independentes do McDonald's, John Mayer Rowel; o diretor jurídico da Associação Brasileira de Franquias, Luiz Henrique Amaral; e representantes da SDE, Cade e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

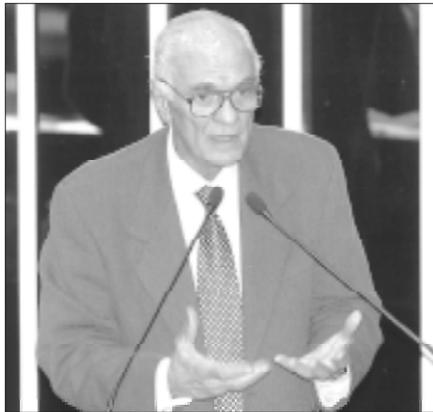
# Saturnino elogia debate de temas internacionais

Assuntos como Mercosul, Área de Livre Comércio das Américas e licitação para compra de aviões pela Força Aérea Brasileira têm merecido “atenção mais permanente e profunda” em Plenário, observa senador

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) manifestou satisfação com o fato de o Senado Federal passar a despender “uma atenção mais permanente e profunda” às questões internacionais. Em discurso ontem, ele citou alguns temas que têm sido trazidos ao Plenário por vários senadores, como o Mercosul, a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e a licitação para compra de aviões pela Força Aérea Brasileira (FAB).

O parlamentar lembrou que, tradicionalmente, no Brasil, as questões internacionais são discutidas isoladamente pelo Poder Executivo.

Roberto Saturnino citou o “discurso brilhante” proferido na semana passada pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) sobre a criação da Alca, que provocou debate entre os senadores. Ontem, acrescentou, o Plenário foi agraciado com pronunciamento de Iris Rezende (PMDB-GO) sobre a forma como a agricultura brasileira vem sendo afetada negativamente pelas medidas protecionistas



Roberto Saturnino: adesão do Brasil à Alca afetará drasticamente o futuro do país

das grandes potências econômicas, que também despertou polêmica entre os parlamentares.

A inserção do Brasil na Alca “afetará drasticamente o futuro do país”, pois colocará o Brasil em posição subsidiária aos Estados Unidos, que têm produtividade muito maior que a brasileira, e inviabilizará definitivamente o Mercosul, na opinião de Saturnino. Para ele, a questão tem de ser exaustivamente debatida pelo Congresso e submetida a plebiscito.

– A questão do Mercosul está hoje imbricada de forma indelével com a questão da Alca – disse. Outras questões de comércio

exterior foram destacadas por Saturnino, como a implantação da TV digital, atualmente negociada sem a participação dos parlamentares, e a licitação para exploração de petróleo em áreas remanescentes da Petrobras. Para ele, algumas áreas deveriam ser reservadas para amenizar os aumentos previstos para o produto e a compra de plataformas de exploração marítima do óleo deveria levar em conta a aquisição de equipamentos no Brasil.

A compra de aviões para renovação da FAB – orçada em US\$ 700 milhões – será, para Saturnino, decisiva na aquisição de tecnologia da indústria aeronáutica. Ele elogiou os oficiais da Aeronáutica, que determinaram como principal ponto da compra a transferência de tecnologia, que poderá ajudar o Brasil em tecnologias paralelas, como a propulsão de foguetes para colocar satélites em órbita.

O senador, no entanto, lembrou que a decisão é política e não econômica. Ele manifestou receio de que haja pressões de Estado para a escolha deste ou daquele equipamento, como disse ter ocorrido na licitação para a compra de equipamentos do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

Fotos: Roosevelt Pinheiro

## Ricardo Santos destaca cem anos do romance “Canaã”

O centenário do romance *Canaã*, que aborda a colonização da região central do Espírito Santo por imigrantes europeus, foi registrado ontem em Plenário pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES). Ao revelar traços de identidade entre a história retratada no livro e a fase de ocupação do solo e de expansão da cafeicultura no estado, Santos também rendeu homenagens à memória de seu autor, o diplomata maranhense José Pereira Graça Aranha, um dos expoentes da Semana de Arte Moderna de 1922.

– Como espírito-santenses agradecemos ao grande literato a obra-prima escrita durante sua passagem por terras capixabas, onde pôde vivenciar e refletir, na visão de um juiz do interior, uma fase da história da saga dos imigrantes europeus no final do século retrasado e início do século passado – declarou. Graça Aranha exerceu as funções de juiz, em 1891, no município de Santa Leopoldina, cuja vida social e econômica serviu de inspiração ao livro *Canaã*, nome de um vale situado na região montanhosa do estado.



Santos: Graça Aranha foi um dos expoentes da Semana de Arte Moderna

Segundo o senador tucano, a colonização em Santa Leopoldina teve início em 1856 com 140 suíços, agregando depois imigrantes alemães e pomeranos. Vencidas as dificuldades iniciais, como terras íngremes, solos pouco férteis, doenças tropicais e habitações improvisadas, os colonizadores transformaram a localidade no principal centro econômico do interior capixaba, dinamizado pelo comércio de café e suprimento de gêneros alimentícios, tecidos e remédios.

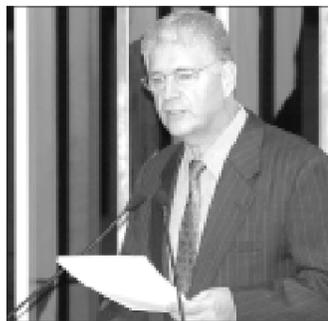
– É das relações sociais forjadas nesse ambiente que Graça Aranha colhe as informações para seu livro *Canaã* – observou Santos.

Ao denunciar as extorsões praticadas pelos poderosos, os preconceitos e o racismo, o romance foi classificado pela crítica, de acordo com o parlamentar, como representante dos movimentos literários Naturalismo e Simbolismo. “A obra causou entusiasmo no Rio de Janeiro, fazendo de Graça Aranha um intelectual respeitado em todo o país”, acrescentou.

## Requião homenageia memória de João Amazonas

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) homenageou ontem a memória do líder do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), João Amazonas, falecido recentemente aos 90 anos de idade. Para o senador, durante toda a sua vida, João Amazonas não perseguiu a glória, não buscou as riquezas, não correu atrás da fama e nem sequer se iludiu com a realização pessoal. “Pelo contrário, ele sempre sonhou e lutou pela construção de uma sociedade onde todos possam viver fraternalmente, em paz, em segurança, sem fome, sem a dor da exclusão, sem a humilhação e a ofensa da desigualdade”, disse.

Requião observou que João Amazonas alimentou até os últimos momentos de vida a fé e a esperança na realização do ideal socialista. “Os seus sonhos eram bons sonhos. E mesmo que eles não tenham sido realizados, foi bom sonhá-los, porque eram bons



Requião: “Ele lutou pela construção de uma sociedade onde todos possam viver em paz”

sonhos”, afirmou o senador, ao aplaudir a luta do líder comunista por uma sociedade igual, justa, fraterna, próspera e feliz.

Lembrando que privou da amizade de João Amazonas, o senador salientou que ele era um político humanista em sua dimensão mais radical e que sempre se opôs, com tenacidade, ao fascismo e à barbárie, principalmente durante o regime militar.

– E quando o mundo lá fora

começou a desabar, a cárem muros, a proclamar-se a idiotice do fim da história, tentando-se impor um só e triunfante pensamento, João não recuou um milímetro na firme e desassombada defesa do sonho de uma sociedade igualitária. Quando todos fugiram, quando tantos se esconderam, quando todos renegaram, o pequeno, frágil, porém gigante João, continuou empunhando e fazendo tremular a bandeira vermelha de suas convicções – disse Requião, para quem o líder do PCdoB foi um dos mais notáveis brasileiros do período contemporâneo.

Roberto Saturnino (PT-RJ), em aparte, também homenageou a memória de João Amazonas, afirmando que ele foi um dos políticos de esquerda mais admirados por todos os socialistas brasileiros. Pedro Simon (PMDB-RS) destacou que João Amazonas foi um homem público sério, honesto e competente e idealista.

Conecte-se ao Senado em Tempo Real

Acompanhe as atividades do Senado, no momento em que estão acontecendo.

www.senado.gov.br

# Iris: EUA violam "cláusula da paz" com subsídio

Brasil deve recorrer à Organização Mundial do Comércio contra protecionismo norte-americano que transgredir dispositivo do Acordo sobre a Agricultura, da Rodada Uruguai, adverte o senador

## Parlamentares debatem integração na fronteira

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul analisa hoje, a partir das 14h30, requerimento do senador Roberto Requião (PMDB-PR) para que a representação brasileira da comissão reúna-se em Foz do Iguaçu (PR) com o objetivo de realizar um Fórum de Debates sobre a Integração Fronteira.

Também deverão ser examinados dois requerimentos do deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE) para a realização de audiências públicas, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o projeto

de lei que cria a Agência de Promoção de Comércio dos Estados Unidos e as consequências da implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Está ainda em pauta o projeto de decreto legislativo do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) que estabelece a convocação de plebiscito sobre o ingresso do Brasil na Alca. A comissão deverá também discutir duas mensagens presidenciais que submetem ao Congresso Nacional acordos feitos com a Argentina e o Paraguai sobre cooperação espacial e combate à evasão fiscal, respectivamente.

## Nomes de embaixadores estão em análise na CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa hoje, a partir das 17h30, três indicações do presidente da República para cargos de embaixadores do Brasil. Synesio Sampaio Góes Filho foi indicado como embaixador brasileiro junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo, cargo que exerceria cumulativamente com o de embaixador junto ao Reino da Bélgica.

Ney do Prado Dieguez, atual

embaixador do Brasil junto à República Cooperativa de Guiana, foi indicado para também exercer o cargo junto a São Vicente e Granadinas. Marcus Camacho de Vicenz foi indicado embaixador junto à República Libanesa.

Os pareceres sobre as indicações, emitidos pelos senadores José Agripino (PFL-RN), Geraldo Cândido (PT-RJ) e Geraldo Melo (PSDB-RN), serão examinados em reunião secreta.

## Newton Monteiro pode tornar-se diretor da ANP

Em reunião extraordinária marcada para hoje, às 14h30, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realiza a sabatina do engenheiro mecânico Newton Reis Monteiro, indicado pelo presidente da República para ocupar o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Em seguida, os senadores da comissão, em votação secreta, decidem se aprovam o relatório do senador José Jorge (PFL-PE) concluindo que Monteiro reúne os requisitos necessários para assumir a função.

Depois de longa carreira na Petrobras, Monteiro é, desde dezembro passado, analista da Superin-



José Jorge apresenta relatório favorável à indicação de Newton Monteiro

tendência de Desenvolvimento e Produção da ANP. Caso tenha seu nome aprovado pela CI e, em seguida, pelo Plenário, o indicado vai ocupar a vaga deixada pelo ex-diretor da Agência Eloi Fernández y Fernández.

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) criticou ontem a aprovação de US\$ 190 bilhões em subsídios para os produtores agrícolas norte-americanos e fez um apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que adote postura firme, junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), contra medidas protecionistas que prejudicam os interesses do Brasil, adotadas pelos Estados Unidos ou qualquer outro país.

Iris defendeu a necessidade de o Congresso Nacional dar respaldo político a essa posição mais enérgica "que o Brasil precisa ter para enfrentar a dura guerra comercial travada com os países ricos". Segundo ele, no campo das relações internacionais, complacência ou submissão têm conse-



Iris Rezende: produtos agrícolas dos EUA chegarão ao mercado com preços imbatíveis

quências desastrosas e não são admissíveis.

— Com a lei ora sancionada nos EUA, a *Farm Bill*, os politicamente poderosos produtores rurais daquele país estarão protegidos, imunes a toda e qualquer flutuação nos preços das *commodities*, flutuação essa que é responsável por boa parte do risco a que se expõe a atividade agrícola em todo o mundo. A *Farm Bill* vai dar garan-

## Senadores defendem livre comércio

Em aparte ao discurso de Iris Rezende, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que "nessa globalização, estamos assistindo a essa crueldade dos países industrializados contra os países emergentes". Ele lembrou que a Região Centro-Oeste brasileira tem economia baseada na agricultura e na pecuária e que a política protecionista americana é prejudicial ao Brasil. "O PIB brasileiro só cresceu graças aos produtos agropecuários", acrescentou.

O senador José Fogaça (PPS-RS), para quem seu estado é eminentemente agrícola, revelou ter lido textos do líder da direita francesa, Jean Marie Le Pen, para conhecer melhor o seu pensamento a respeito da questão. Segundo

### Farm Bill causará prejuízo de US\$ 2,4 bi ao Brasil

A chamada Farm Bill, lei aprovada pelo Congresso americano recentemente, poderá causar prejuízos de US\$ 2,4 bilhões ao ano à agricultura brasileira, segundo o Ministério da Agricultura. A soja, com cerca de US\$ 1,6 bilhão anuais desse total, sofrerá a maior perda. As exportações de algodão e milho também serão seriamente prejudicadas.

Fogaça, Le Pen tem posição clara em defesa do protecionismo mais radical. "Cheguei à conclusão de que devemos combater o protecionismo como princípio político. Nossa postura deve ser a defesa do livre comércio", disse.

tia mínima, sem encorajar o excesso de produção, e fará com que os produtos agrícolas norte-americanos cheguem aos mercados mundiais a preços artificialmente baixos, absolutamente imbatíveis — explicou.

Iris disse ainda que o Brasil precisa utilizar todos os mecanismos ao seu dispor, como iniciar um processo na OMC contra os Estados Unidos por violação da "cláusula da paz", que é parte do Acordo sobre a Agricultura, da Rodada Uruguai. Segundo ele, por essa cláusula, o governo norte-americano não poderia ter aumentado os subsídios à agricultura antes de dezembro de 2003. "Como ocorreu violação desse dispositivo, a ação do governo brasileiro junto à OMC não só é legalmente justificável, quanto politicamente necessária", frisou.

Roberto Saturnino (PT-RJ) lembrou que o livre comércio sempre foi defendido pelas nações ricas, enquanto as emergentes defendiam justamente o protecionismo dos seus produtos e mercados internos. Segundo ele, quando o governo brasileiro impunha barreiras às importações, acumulava saldos positivos na balança comercial. "Após a abertura de mercado, o déficit ficou gigantesco. O sentido da realidade está pedindo ao governo que proteja o produto brasileiro", afirmou. Chico Sartori (PSDB-RO) finalizou o debate opinando que o Congresso Nacional deve aprofundar a análise sobre o assunto, "para que o Brasil, amanhã, tenha liberdade para produzir".

## Eduardo registra parceria do Banco Mundial no Tocantins

Após visita de comitiva do Banco Mundial a várias cidades do Tocantins, entre os dias 13 e 18 de maio, dirigentes da instituição confirmaram a realização de parcerias com o governo do estado, segundo informou o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO). O objetivo é investir na melhoria da infra-estrutura e na qualifi-

cação profissional de administrações municipais.

De acordo com o senador, os recursos do banco serão destinados ao financiamento de infra-estrutura na área rural e no setor de transportes. Parte dos investimentos será aplicada nas regiões mais pobres do estado. Conforme o senador, mais de 40 mil famílias de 67 municípios serão beneficia-



Objetivo é investir em infra-estrutura e qualificação, informa Eduardo Siqueira Campos

das com os projetos. As regiões menos desenvolvidas, mas com grande potencial econômico, receberão maior volume de recursos.

# Mozarildo pede expansão da medicina familiar no interior

Senador observa que o Brasil tem muitos médicos, mas eles estão concentrados nas regiões Sul e Sudeste, as mais ricas do país

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu em Plenário, ontem, a interiorização da medicina e a rápida expansão do programa Saúde da Família. As duas iniciativas, afirmou, poderiam ajudar o país a combater problemas como o da mortalidade infantil.

— Em meio à inconcebível desigualdade social que existe no Brasil, a medicina familiar deveria mobilizar as autoridades. A verdadeira saúde pública é aquela que chega aos bairros e alagados — afirmou Mozarildo.

O senador observou que o Brasil não dispõe de poucos médicos. Enquanto a recomendação internacional é a de que um país tenha um médico para 1.000 pessoas, disse ele, no Brasil essa relação é de um



Para Mozarildo, “a verdadeira saúde pública é a que chega aos bairros e alagados”

para 673. Mas, ressaltou, os médicos estão concentrados nas regiões Sul e Sudeste, as mais ricas do país.

Mozarildo recordou ter apresentado projeto que obriga os jovens

médicos, antes de terem o diploma reconhecido, a passar um ano nos municípios que disponham de menos recursos na área de saúde. Ele lamentou, porém, que sua iniciativa tenha sido combatida sob o argumento de que limitaria o direito constitucional de ir e vir.

— Com a aprovação do meu projeto, esses profissionais fariam uma verdadeira pós-graduação em Brasil — sustentou.

O senador chamou de “elitistas” os médicos brasileiros e lamentou que muitos profissionais formados nas regiões Norte e Nordeste acabem se mudando para o Sul e o Sudeste, depois de fazerem nessas regiões seus cursos de especialização. Ele elogiou, entretanto, os primeiros resultados que vêm sendo obtidos no Acre e em Roraima com os programas estaduais de saúde da família.

# Mauro cobra apoio federal a policiais do Entorno do DF

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) cobrou ontem, do presidente Fernando Henrique Cardoso e do ministro da Justiça, Miguel Reale Jr., o apoio que, segundo ele, por diversas ocasiões o governo prometeu dar aos policiais civis e militares das cidades do Entorno do Distrito Federal, equiparando seus rendimentos aos dos policiais que atuam na capital da República.

Vários policiais do Entorno do DF, segundo Mauro Miranda, estão vivendo uma situação de extrema dificuldade desde que foi suspensa a gratificação que vinham recebendo, garantida por diversas vezes pelo governo federal.

Conforme o senador, o próprio presidente da República, em solenidades públicas realizadas em Formosa e Novo Gama (GO), em abril de 2001, prometeu manter o benefício para os policiais do Entorno.



Mauro Miranda lembra promessa feita pelo presidente Fernando Henrique

Fernando Henrique assegurou que o governo federal providenciaria os recursos necessários para melhorar a diária dos policiais, “de tal maneira que o policial do Entorno não tenha que se sentir diminuído perante o policial do DF”, citou o parlamentar.

Seis meses depois, prosseguiu Mauro Miranda, a gratificação, que não chegava a R\$ 500, foi suspensa sem qualquer explicação.

A região do Entorno do DF é hoje uma das mais violentas do país, afirmou o senador, ressaltando que os policiais enfrentam quadrilhas organizadas, especializadas em roubo de automóveis, em tráfico de entorpecentes ou em seqüestro. Portanto, finalizou, ao garantir a gratificação para os policiais que atuam nessa área, o presidente da República e o ministro Reale Jr. “vão estar reparando uma grave injustiça”.

# Carlos Bezerra propõe cadastrar venda de rádio HT

Com o objetivo de dificultar a ação de grupos comandados por criminosos que se encontram presos, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) apresentou projeto que obriga os fabricantes de rádio HT comercializados no país a emitirem a relação dos aparelhos produzidos com os correspondentes números de série e a identificação dos adquirentes. A proposta receberá decisão definitiva na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na justificativa do projeto, Carlos Bezerra afirmou que os aparelhos de rádio HT, livremente vendidos por comerciantes e camelôs, estão sendo utilizados por bandidos nos presídios de segurança máxima, em substituição aos aparelhos celulares.

De acordo com a proposta, a fabricação e a comercialização de aparelhos de rádio HT sem o respectivo número de série sujeitarão o infrator a pena de seis meses a dois anos de reclusão e multa.

# Unifenas é orgulho para Minas Gerais, diz Francelino

Os 30 anos de fundação da Universidade de Alfenas (Unifenas) foram ressaltados em discurso pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG). Ele observou que a Unifenas é um tradicional centro de ensino que atrai estudantes não só de Minas Gerais, mas de todo o país. Com 2 mil funcionários e cerca de 10 mil alunos, a Unifenas mantém campi em Alfenas, Belo Horizonte, Varginha, Poços de Caldas, Divinópolis, Campo Belo e São Sebastião do Paraíso, relatou o senador.

Francelino Pereira lembrou que a Unifenas instalou seus primeiros cursos em 1972, ainda sob a denominação de Faculdades Integradas da Região de Alfenas. Uma administração competente forjou seu crescente respeito no campo educacional, o que levou o Ministério da Educação, em 1998, a reconhecê-la como universidade.

Outro ponto destacado pelo senador foi o dos serviços prestados pela Unifenas por meio do Hospital Universitário Alzira



Francelino Pereira destaca os 30 anos de fundação da Universidade de Alfenas

Velano, vinculado à Faculdade de Ciências Médicas. O hospital recebe pacientes de mais de 100 municípios e efetua mais de 25 mil atendimentos mensais.

— A Unifenas, por sua trajetória vitoriosa e pelo reconhecimento que vem obtendo, é motivo de orgulho não apenas para o sul de Minas, como para todo o estado — enfatizou o senador ao cumprimentar o reitor Édson Antônio Velano e o corpo docente e discente pelos 30 anos da universidade.

# Alcântara: sociedade deve refletir sobre preservação

Ao lembrar a comemoração, na última quinta-feira, do Dia Nacional de Defesa das Florestas Brasileiras, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) alertou para a necessidade de a sociedade utilizar a data para refletir sobre os perigos da devastação e

de depredação do patrimônio ecológico do país e do mundo. A realização da Conferência Rio+10 das Nações Unidas, na África do Sul, em julho próximo, será, na opinião do senador, uma boa oportunidade para isso.

Segundo Alcântara, a preservação das florestas brasileiras deverá ocupar lugar de destaque nas discussões, pois o país detém dois terços da floresta tropical do mundo, a maior biodiversidade e também a maior reserva de água doce do planeta. Somente a Amazônia, disse, dispõe de 20 mil espécies endêmicas — peculiares à região — e em todo o território nacional existem 55 mil espécies identificadas, formando



Alcântara diz que Conferência Rio+10 das Nações Unidas é oportunidade de reflexão

uma riqueza de grande interesse para a indústria farmacêutica internacional.

O senador disse que o planeta perdeu, na última década, quase 17 milhões de hectares de florestas ativas por ano, e por isso a questão da de-

vastação também deve ser seriamente debatida. Enquanto a Europa aumenta suas florestas ao ritmo de 880 mil hectares, o Brasil continua derrubando suas árvores, desmatando 2,3 milhões de hectares de florestas por ano.

— O governo Fernando Henrique Cardoso, no entanto, não está disposto a ceder em nada que possa, ainda que virtualmente, distorcer o espírito de preservação que emana do Código Florestal vigente — afirmou o senador, acrescentando que o governo tem-se comprometido a trabalhar pela preservação ambiental e a estimular o aproveitamento econômico viável, sadio e sustentável.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Mozarildo Cavalcanti, Lauro Campos, José Fogaça, Luiz Otávio, Romeu Tuma e Benício Sampaio